

As armadilhas da moralidade: O PT e a República

João Marcelo Ehlert Maia*

Resumo

O objetivo do texto é investigar como a crise que atingiu o PT pode ser decifrada à luz das matrizes intelectuais e morais que presidiram a formação deste partido. Argumenta-se que os temas da “moralidade” e da “ética”, presentes na fundação da agremiação, forjaram uma determinada postura diante da grande política que se mostrou perigosa quando da montagem de uma poderosa máquina partidária eleitoral. Ao final, analisam-se as perspectivas de reorganização do PT e os dilemas da esquerda brasileira.

Palavras-chave: Partido dos Trabalhadores; teoria do populismo; ética e moralidade; esquerda; República.

Abstract

The Traps of Morality: the Worker's Party and the Republic

The aim of this text is to investigate how the crisis which affects the Worker's Party can be understood by the comprehension of the intellectuals and moral sources which have proved decisive for the party's formation. One argues that the themes of “morality” and “ethics”, crucial for the birth of PT, have generated a certain attitude towards big politics that revealed itself to be very dangerous, especially during the construction of a giant political machine. At the end, one analyses the perspectives for the reorganization of PT and the left-wing's dilemmas.

Key words: Worker's Party; populism theory; ethics and morality; left-wing; Republic.

* Doutor em Sociologia pelo IUPERJ. Atualmente, é pesquisador-bolsista do Cpdoc-FGV e trabalha nas áreas de Pensamento Social no Brasil e Sociologia dos Intelectuais. Entre suas publicações, encontram-se artigos nas principais revistas nacionais, entre os quais “Espaço e Pensamento Brasileiro: a Rússia Americana nos escritos de Euclides da Cunha e Vicente Licínio Cardoso” (Dados, vol. 50, 2007), “Esquerda e Escola Paulista de Sociologia: um itinerário sociológico do conceito de populismo” (Teoria e Sociedade, vol. 10, 2003) e “Caminhos e Descaminhos da Revolução Brasileira: uma análise das obras de Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda e Florestan Fernandes” (revista online Intellèctus, vol. 1, 2004).

O recente escândalo envolvendo o presidente do Senado, senador Renan Calheiros² (PMDB-AL), é apenas mais um capítulo na lista de problemas políticos e éticos que assolam a base de apoio do governo Lula desde o primeiro mandato (2003-2006). Embora seja de natureza bem distinta do chamado “mensalão”³ e se concentre em torno de um personagem do PMDB, impossível não relembrar as tempestades de 2005, que produziram impacto profundo sobre o PT. Em pouco tempo, um partido que se credenciava como um ator singular na Nova República passou por um processo veloz de normalização, transformando-se numa agremiação nacional, eleitoralmente forte e com presença relevante num número cada vez maior de municípios. O preço de tal transição é conhecido de todos: perda de capital político junto a seu eleitorado tradicional (formadores de opinião, classes médias urbanas e setores organizados tradicionalmente orientados para valores de esquerda), uso de práticas e costumes comuns ao sistema partidário nativo (financiamento eleitoral pela via das grandes doações privadas, prática de “caixa dois” etc) e esvaziamento da vida partidária. O PT permanece como uma das legendas mais bem vista pelos brasileiros, mas é inegável a corrosão de suas credenciais simbólicas, em especial de sua bandeira ética, brandida ao longo dos anos 90 como signo diferenciador. Este breve artigo busca avançar uma hipótese que dê conta dessa trajetória do PT e explique as encruzilhadas do sucesso petista. Sim, pois estamos falando de um partido que, a despeito de tudo que ocorreu, vivenciou uma grande interiorização eleitoral e um crescimento de votos constante.

Em geral, as análises que se centram sobre o PT dividem-se em versões “à esquerda”, “à direita”, e “ao centro”. As primeiras atribuem a crise atual a um largo processo de traição, na qual setores dirigentes do partido teriam se dedicado a alianças espúrias e políticas comprometedoras, como se a combinação entre realismo eleitoral e ideário neoliberal explicasse completamente a fatura a ser paga. As segundas preferem ver no que chamam de “maior escândalo de corrupção da História republicana” uma derivação lógica e cristalina de um suposto “DNA autoritário” do partido, e estratégia consciente presente desde o primeiro momento. Nesse registro, que parece se disseminar cada vez mais pelas colunas de opinião e pelo recente espaço dos blogs, o “leninismo” é apontado como principal fator explicativo para os processos descritos no parágrafo anterior. Note-se que, mesmo dentro do PT, há setores que compartilham, em algum grau, dessa crítica. Já as versões centristas orientam-se por um certo realismo cínico, como se nada demais tivesse ocorrido, apenas o uso dos caminhos políticos tradicionais no Brasil. O próprio presidente da República optou por essa versão, na famosa entrevista dada em Paris⁴ logo após a eclosão do escândalo do “mensalão”, quando afirmou que o PT fazia aquilo que todos faziam. Parece-me claro que essa linha interpretativa, embora guarde uma percepção correta do ambiente político nacional, não esclarece nada sobre a velocidade do processo e a singular combinação entre cultura política petista, realismo e a persistência de um certo exclusivismo ético que sempre marcou partido. Em todas as análises falta uma investigação mais profunda

das matrizes que organizaram a formação do Partido dos Trabalhadores e do próprio lugar histórico ocupado por esse partido na República brasileira. Falta, por assim dizer, desvendar a economia moral que teria forjado essa personalidade coletiva, assim como as relações dessa com a prática da política. Creio que os problemas que se abateram sobre o partido podem ser entendidos a partir dessa decifração. Isso implica, portanto, mergulhar, mesmo que brevemente, nessas matrizes e na conseqüente consolidação pública e eleitoral do PT.

A sugestão deste texto é simples: uma das raízes da crise encontra-se numa armadilha gerada pelo tema da moralidade, que acompanha o PT desde sua fundação. Como mostrarei de forma breve nas páginas que se seguem, esse tema contribuiu para uma atitude de rejeição da grande política, ao mesmo tempo em que concentrava o tema da ética nas qualidades intrínsecas do próprio ator (e não nos procedimentos que deveriam ser mobilizados por todos na arena política). Dessa cisão, emergiu a possibilidade da montagem de uma máquina burocrática na direção do partido que se autonomizou, dada a inexistência de um processo de discussão interna que readequasse a personalidade do partido às tarefas que o mesmo se impunha nas altas esferas da vida pública.

Como material empírico, mobilizarei alguns casos e eventos que marcaram a trajetória petista e viraram símbolos dos problemas éticos que afligiram o partido. Não se trata, é claro, de um inventário de denúncias e condenações, pois não me interessa aqui o valor jurídico, mas sim político dos fatos. Isto é, ao produzir essa memória, busco evidenciar uma certa lógica que permite captar o sentido dessa bizarra e trágica empiria, o que impede que a análise se transforme numa simples crônica semipolicial.

Toda análise de conjuntura não pode prescindir de uma dimensão estrutural. Ignorar as linhas de força mais fundas que ajudam a explicar a natureza da atual crise pode levar o intérprete a se perder no turbilhão diário de acontecimentos, e a tomar a briga de facções pelo poder (condição básica da política) como principal mecanismo explicativo. Nesse sentido, o fato de que as forças que organizam a oposição ao PT estejam dispostas a mobilizar armas para batalhas pesadas não é novidade ou anomalia num país de democracia interrompida. E, portanto, não pode ser variável única a ser mobilizada nas análises, sob pena de transformar o mundo fenomênico da política em tradução direta da vontade de poder dos atores. Há, portanto, que se buscar na configuração e na atuação histórica do “ator PT” sentidos explicativos para o vendaval que varreu a cena republicana nos últimos anos.

Do que se trata, portanto, esse vendaval? De uma acusação de corrupção nos Correios passou-se ao desvendamento de uma rede de apropriação indevida de recursos organizada por setores que operavam no coração da máquina partidária do PT, com derivações que afligiram o governo até às vésperas das eleições presidenciais de 2006. O episódio do dossiê contra José Serra⁵, montado por figuras e personagens que transitam nos bastidores

da vida petista, foi talvez o último grande exemplo desse problema, pois envolveu a utilização de recursos também de origem duvidosa. No momento em que escrevo, não se conseguiu ainda identificar com certeza a origem das altas somas que foram repassadas por intermediários para parlamentares da base aliada, mas parece clara a existência de uma articulação para a captação e distribuição de recursos de forma ilegal. Para além dessas dúvidas, o fato consolidado na opinião pública e nos atores da vida política diz respeito à utilização, por parte de quadros dirigentes do PT, de um intrincado sistema que envolvia empresários e bancos com o intuito de captação e utilização de recursos financeiros por “fora” dos caminhos prescritos na legislação. Esse fato vem acompanhado de uma sucessão de denúncias sobre a troca de favores entre empresas e partido por meio de licitações e a reprodução ampliada dos tradicionais canais⁶ que ligam dinheiro e política na vida republicana brasileira.

Note-se que não se está sustentando, neste texto, nenhum tipo de ineditismo nos processos ilegais alimentados dentro do PT. O que sustento é uma leitura mais atenta sobre a particularidade dessa entrada do PT nesses canais, cujo maior exemplo reside na constatação de que, até agora, apenas Silvio Pereira foi acusado de enriquecimento ilícito. Não se trata, portanto, nem de “contaminação” ou de desvios particulares, nem de simples deslubrimento (esta segunda leitura mal consegue disfarçar seu preconceito de classe), mas de um processo que afetou boa parte da alta máquina partidária e que, defendendo aqui, foi produzida por uma determinada postura diante da grande política.

Também não me interessa avaliar o caráter jurídico dessas discussões. Nesse sentido, trata-se de compreender como se deu a formação de uma forte máquina burocrática, encastelada na direção partidária, que granjeou uma ação que “escapou” aos controles esperados das bases e de próprios setores intermediários do PT⁷. Entre a ingenuidade traduzida na pergunta “Como foi possível que um partido tão ético fizesse isso?” e o cinismo da indagação “Como as pessoas acreditaram numa mentira?”, faz-se necessário compreender que tipo de atitude diante da política abriu espaço para fenômenos como esse. Pois foi essa, no final das contas, a esfera em que todos os embaraços foram produzidos. Sugiro que a resposta deve ser encontrada nas próprias matrizes intelectuais e morais que presidiriam a gênese do partido, e que terminaram por configurar uma determinada forma de atuação na República, marcada pela intrincada combinação entre exclusivismo ético e *realpolitik*. Vejamos.

De um modo geral, pode-se dizer que o PT nasceu como um “corpo estranho” na República, radicado numa trincheira em que via o Brasil em negativo, e passou, de forma rápida e pragmática, para uma inserção completa no cenário nacional. Os episódios cruciais da fase “trincheira” do PT foram marcantes nos anos 80: a recusa em participar do Colégio Eleitoral em 1985 e a não assinatura da Constituição em 1988, fatos aliados a uma persistente política de afirmação identitária, avessa a composição aliancista.

Inegavelmente, esta estratégia propiciou a formação de um partido forte, com uma marca distintiva na experiência brasileira. Sintomático desse movimento foi o destino de seu rival dentro da esquerda, o PCB, que enfrentou lenta e inexorável derrocada, consumido por uma eficaz estratégia de alianças que terminou por diluir a identidade comunista dentro da frente democrática. O PT, ao contrário, afirmou-se por um certo radicalismo que levava o partido a posições políticas exclusivistas e a uma percepção essencialmente negativa das alianças e das concessões do jogo democrático.

Os anos 90 foram progressivamente marcando um redirecionamento do PT, processo consolidado na segunda metade dessa década, quando a formação de uma grande frente de oposição às reformas liberais capitaneadas pelos dois governos Fernando Henrique aproximou o partido de outros personagens e atores da esquerda “tradicional”. Simultaneamente, bandeiras clássicas do trabalhismo de esquerda (nacionalismo, direitos trabalhistas etc) foram sendo incorporadas. Essa década teria marcado, também, a progressiva aceitação do partido pelos tradicionais financiadores da política brasileira (empreiteiros, por exemplo), o que permitiu uma decisiva profissionalização partidária. Essa história é razoavelmente conhecida, e em geral sua narração é mobilizada para ilustrar a conhecida tese de Robert Michels sobre a “lei de ferro das oligarquias”. Aqui, interessa-me mais marcar a mudança de relação entre PT e República, cenário que permite maior esclarecimento para os dilemas que passo a explicar.

Outra história, talvez menos conhecida, envolve a construção intelectual do PT, que, no meu entender, determinou seu padrão de relação com a política. Como é sabido, a teoria do populismo⁸ foi a chave que possibilitou ao partido construir seu lugar na República. Nesse sentido, o partido se apresentava e se construía como uma novidade, destinada a representar de forma pura os interesses da classe operária, numa configuração que seria distinta da chamada política populista, sempre pronta a submeter o interesse classista às demandas próprias do campo político. As formulações mais acabadas dessa linhagem interpretativa estão nas obras de Francisco Weffort (1972; 1973; 1978) e José Álvaro Moisés (1978; 1981). Nesse registro, o “populismo” traduziria não apenas uma prática, mas uma espécie de “regime” (identificado, na maioria das vezes, com a República de 46) no qual as classes sociais não teriam logrado uma depuração significativa, atrelando-se ao Estado de forma ilusória. A fluidez teórica na aplicação do conceito fez com que ora o populismo fosse localizado na classe operária (“atrasada” porque oriunda do meio rural), ora nos partidos que supostamente deveriam representá-la, como o PTB, ou mesmo o PCB.

Em artigo sobre tema correlato, Werneck Vianna (1999) traça o itinerário weberiano que teria permitido à intelectualidade paulista organizar uma nova interpretação do Brasil fortemente caudatária do tema da autonomia da sociedade civil e da denúncia do “patrimonialismo” e do “populismo”. Intelectualidade que, durante os anos 80, cindiu-

se entre PSDB e PT, representantes políticos dessas interpretações. Em dissertação de mestrado, Maia (2001) procura mostrar como a teoria do populismo na sua vertente petista articulava um campo no qual confluíam intelectuais, novos sindicalistas e vastos setores da esquerda que compartilhavam uma leitura extremamente negativa da República de 46, experiência histórica que seria marcada justamente pela presença de partidos “inautênticos”, supostamente incapazes de permitir a expressão autônoma da vida social. Obviamente, essa crítica se estendia para a própria estratégia aliancista escolhida por alguns setores de esquerda no início dos anos 80 e apontava para a produção de um ator que desse conta dessa expressividade represada. Ou seja, o PT forjou-se mais como uma identidade animada por interesses, do que por um partido programático destinado a universalizar seus temas e operar na vida pública.

Para alguns autores, como Sarti (1988), o partido poderia ser entendido como um novo partido socialista, surgido no âmbito de um debate mundial que questionava os tradicionais mecanismos de representação e autoridade no campo da esquerda. A autora atribui a fluidez programática do PT à própria singularidade da vida partidária interna, permeada de tendências e grupos e dirigida sem o recurso ao tradicional centralismo democrático. Montenegro (2002), por sua vez, em dissertação sobre o tema, mostra como a indecisão programática era uma opção consciente, motivada por um obreirismo que deixou marcas indeléveis na personalidade do partido, impedindo uma conformação ideológica mais fixa e produzindo uma espécie de rejeição da política enquanto esfera autônoma e portadora de lógicas de operação próprias.

O particularismo operário, mais próximo de um sindicalismo ortodoxo do que da tradição socialista, não foi o único elemento nessa configuração. Os movimentos populares de base e a Igreja foram determinantes na formação do caldo de cultura do PT, e contribuíram para a cristalização dessa visão da política, adicionando-lhe uma forte visão moralizadora. Em sua tese de mestrado, Peixoto (1987) investiga as concepções sobre política presentes na atuação dos atores sociais que se espalhavam por sindicatos, pastorais, movimentos populares e associações comunitárias no final dos anos 70 e início dos 80. Em comum, uma percepção que moralizaria o mundo social, concebido como instância por excelência da afirmação das subjetividades. A autonomia, tema caro ao pensamento da Ilustração, teria sido retomada numa perspectiva radical que criticava a “instrumentalidade” da sociedade burguesa e de suas instituições e afirmava que a prática da emancipação estaria articulada a um fazer político autônomo. Ou seja, as organizações progressistas deveriam se pautar por uma atuação construída pelos sujeitos livremente, numa prática horizontal e dialógica que preservasse o social das inferências vindas “de cima”.

Peixoto mostra como especialmente as pastorais de base estariam permeadas por uma lógica que sacralizava o mundo social, visto como esfera pura na qual se produziria a

sociabilidade libertária. A política deveria “ouvir” esta esfera e reproduzi-la sem deturpá-la pelas injunções organizacionais e meramente instrumentais. Essa combinação entre valorização dos interesses enraizados no “chão da fábrica” em detrimento da interpelação política e postulação de um social virtuoso que deveria ser preservado de injunções de outras esferas ganhou corações e mentes e está na raiz da tragédia que se abateu sobre o mundo petista.

De um modo geral, esse caldo descrito acima plasmou uma identidade partidária avessa ao jogo autônomo da vida política. Nesse sentido, alianças, concessões e acordos seriam vistos como degenerações da lógica pura dos interesses, dado que a função partidária deveria ser meramente tradutora, e não organizadora. Ao mesmo tempo, a concepção moralizadora via com desconfiança esse terreno, habitat de forças espúrias sempre dispostas a conspurcar a pureza da vida comunitária. Esse foi o movimento que permitiu que a ética se transfigurasse em propriedade de um corpo identitário específico (o PT, como encarnação das identidades sacralizadas do social), e não em procedimento disponível na arena pública. Nesse registro, a ética transfigurou-se numa condição de um determinado ator, esvaziando-se sua dimensão mais pragmática. O esteio para esse movimento era, como já disse, a concepção partidária autonomista presente na fundação do PT e analisada por Montenegro. Contudo, a presença de numerosas tendências de extrema-esquerda no interior do partido, algumas tributárias do leninismo, terminou por produzir uma tensão nunca bem resolvida. Afinal, esses atores eram forjados em outra linhagem intelectual, que via a ação do partido como dirigente e recusava a falta de um norte programático claro, linhagem que negava, portanto, o basismo moralizador e pelevava por um sonhado partido Maquiavel. Essa indefinição permitiu uma acomodação geral entre todos, sustentada politicamente pela figura de Lula. Episodicamente, os distintos setores acomodavam divergências sob a bandeira “Lula presidente”, que parecia resolver esses antagonismos e dar um sentido comum ao partido. De forma progressiva, esse objetivo terminou por se consolidar como tática pura, jogando-se para o futuro a resolução das tensões que marcavam o PT desde sua fundação. Eventualmente, esse norte eleitoral terminou por se sobrepujar à própria perseguição comum de uma estratégia de esquerda.

No mundo mais largo da política nacional, o chamado “movimento pela ética na política”, detonado no início dos anos 90 na esteira do impedimento de Collor, foi o passo decisivo para a moralização da política, tema que persegue o PT desde sua fundação. Esse movimento credenciou na opinião nacional a versão do PT como fiador da ética, e como personagem que melhor traduziria uma virtude intrínseca ao mundo social brasileiro. Ao mesmo tempo, o partido logrou grandes vitórias no plano municipal, no qual a bandeira da “participação”, sob o signo do Orçamento Participativo, foi entronizada com destaque. Essa estratégia que combinava conquistas municipais e formação de fortes bancadas

federais consolidou a força do partido na classe média dos grandes centros, dando ao ator ético uma classe com quem se encontrar. Essa nova aquisição alterou progressivamente a própria demografia do partido, mais sensível à incorporação de profissionais liberais e funcionários qualificados. Não à toa, a expressão “UDN de macacão” ganhou terreno entre ferinos adversários políticos, como para demonstrar a perpetuação de um certo legado moralista dos setores médios urbanos das grandes cidades⁹.

Inegavelmente, o saldo que se apresentava aos eleitores no início do século XXI era positivo. Afinal, o PT logrou uma forte consolidação eleitoral aliada a um enraizamento sólido na vida social, posição que pouquíssimos partidos, mesmo na esquerda, compartilhavam. Sua atuação sempre conseguiu animar esses atores subalternos e seus interesses (como no caso da questão agrária), ao mesmo tempo em que arejou a vida pública nacional.

Contudo, faltava chegar ao poder federal. Para tanto, uma máquina eleitoral forte foi sendo progressivamente montada, sob a égide de um grupo que lentamente foi consolidando sua hegemonia na vida partidária. O grupo congregava Lula e o chamado Campo Majoritário, conjunto de forças internas que se unificavam em torno de um programa moderado e da defesa de uma eficiente política aliancista. A adesão a essa estratégia obedeceu antes a impulsos realistas do que a um necessário processo de transformação interna. Destarte, esse processo não poderia ter ocorrido sem tensão, como de fato aconteceu, dadas as origens do partido e a própria indefinição ideológica que sempre o marcou. Um exemplo dessa tensão foi a intervenção decretada no Rio de Janeiro em 1998, quando instâncias nacionais anularam a decisão da Convenção Estadual e impuseram a aliança com Anthony Garotinho em detrimento da chapa “puro sangue” comandada por Vladimir Palmeira.

O momento culminante dessa montagem de projeto deu-se em 2002, antes das eleições presidenciais, com a contratação do publicitário Duda Mendonça, a formalização da aliança com o PL e a decisão de empreender uma campanha profissional, seguindo o figurino das melhores campanhas possíveis numa democracia representativa liberal “periférica”. Note-se que esse movimento não foi precedido de um largo processo de discussão intrapartidária, que submetesse as premissas fundadoras ao crivo de novas questões e estratégias. Foi, por assim dizer, um taticismo empírico, cujo esteio não foi uma progressiva depuração das bandeiras clássicas, ao estilo dos grandes partidos de esquerda da Europa Ocidental. Afinal, vale lembrar que há importantes dissonâncias entre as resoluções do último Congresso do PT em 2001 e as premissas contidas na famosa “Carta aos Brasileiros”¹⁰, montada dentro do núcleo duro da campanha, sem discussão nas instâncias do partido, como resposta às inquietações demonstradas pelo mercado. O próprio fato de que personagens importantes do Campo Majoritário ainda falassem, de forma vaga e imprecisa, num certo “socialismo”, contribuía para essa falta de clareza. Novamente,

a expectativa de “Lula presidente” parecia sinalizar a fórmula mágica que atenderia às diferentes expectativas das tendências. A esquerda, por exemplo, via esse processo como uma espécie de recuo necessário, a ser superado pela natureza radical da chegada de um operário ao poder. A “direita”, representada pelo chamado Campo Majoritário, via no futuro presidente a encarnação de uma liderança capaz de sustentar o delicado equilíbrio entre as vastas promessas de campanha e as medidas “realistas” publicizadas na “Carta”. Novamente, um partido cada vez mais heterogêneo jogava todas suas fichas em torno de um personagem.

O resultado disso foi uma esquizofrenia. O partido se catapultou como um gigante na política nacional, com forte captação de recursos e habilidade para a confecção de acordos e alianças com forças tradicionais da vida nacional. À primeira vista, o PT parecia ter encontrado um lugar na vida republicana que não fosse mais um *bunker* destinado à negação da própria República. As próprias referências eleitorais de Lula se voltaram para o passado: JK e Vargas passaram a ser visto não como “populistas”, mas como homens que teriam pensado o Brasil. O tema nacional voltava à baila, e o partido parecia credenciado a fazer a grande política, capitaneado por homens habilidosos como José Dirceu. Contudo, esse movimento rápido e empírico não foi acompanhado por uma significativa reorganização das premissas que sustentavam a adesão de militantes e intelectuais ao partido. Continuou-se acreditando no PT como “fiador da ética pública”, partido “diferente” e encarnação de uma virtuosa comunidade popular fragmentada entre diversos atores — religiosos, sem-terras, estudantes, sem-teto, etc. A “economia moral” do PT, por assim dizer, não se transfigurou e não foi submetida ao crivo necessário da grande política. Não houve, portanto, aprendizado republicano. A operação política era feita “de nariz tapado”, como uma obrigação a ser cumprida para a chegada instrumental ao poder, e não como resultado lógico das contingências dessa própria esfera. Ao posicionar-se, desde o início, de forma refratária a esse ambiente, o partido não se preparou para trabalhá-lo de forma adequada, movendo-se antes pelo taticismo e por uma certa resignação diante de um território ignoto.

Desde o início do primeiro mandato, o governo mostrou inabilidade para a condução política, demonstrada em três momentos capitais. A própria montagem inicial do Ministério, marcada por enorme preponderância petista, exemplificava a concepção substancialista da ética que guiava a economia moral do partido. Além de dividir os postos como forma de atender aos diversos grupos internos do partido evitava-se um compartilhamento de poder com outros partidos que supostamente ameaçariam a “qualidade” do governo. Posteriormente, em vez de optar por uma clara e pública aliança com o PMDB, defendida pelo então chefe da Casa Civil José Dirceu, o Executivo preferiu a negociação nas sombras, no chamado “varejo”. A política continuava a ser vista como esfera impura, a ser escanteada para o gabinete dos parlamentares, e não assumida

publicamente. De um modo geral, a opção pela grande política seguiu esse mesmo caminho, como uma desagradável tarefa pensada em termos de operação eficiente da máquina. Afinal, o partido era “diferente”, e sua imagem construída ao longo dos anos entre bases e eleitorado não poderia ser ameaçada pelas vias complicadas da negociação de acordos e concessões. Ademais, o primado ético seria garantido pela própria natureza do ator, concepção reforçada pela própria composição do Ministério. Partiu-se então, para uma dura e cruenta organização de maioria parlamentar — fundamental no chamado “presidencialismo de coalizão” que estruturaria o país –, movimento perpetrado sem a assunção pública e interna dos custos do processo.

Finalmente, a candidatura de Luis Eduardo Greenhalg¹¹ à Presidência da Câmara dos Deputados, imposta internamente e externamente, repetia a visão que desconfiava da “sujeira” da grande política e apresentava uma espécie de candidato identificado com a “pureza” como solução. Como se percebe, exclusivismo ético e rejeição teórica dos aparatos tradicionais de poder e administração política eram duas faces da mesma moeda — o da “moralização da política” –, que terminava por cindir, de forma radical, moralidade do personagem e política. O descompasso entre a montagem de uma máquina partidária eficiente e a manutenção de uma personalidade tributária da velha economia moral petista fez com que não houvesse, por assim dizer, aprendizado progressivo e adequação à realidade, além de mascarar possíveis problemas sob o manto do partido que encerraria a ética desejável.

A campanha eleitoral de 2006 foi episódio para sangrenta disputa entre PT e PSDB, potencializada pelo inesperado segundo turno e pelo caso do dossiê montado nas entranhas da máquina petista. O que chamava a atenção, novamente, era a origem de recursos financeiros que envolveram tal empreitada. No que interessa a este artigo, destacaria o modo como setores ligados à burocracia interna parecem ter se autonomizado, operando com base no circuito tradicional que junta dinheiro e política no Brasil.

No segundo mandato, a sonhada coalizão com o PMDB foi finalmente implementada. Porém, em condições difíceis, com um partido inegavelmente vitorioso em termos eleitorais, mas sem alguns de seus quadros principais, perdidos ao longo das batalhas políticas, o que evidenciou mais ainda a dominância exercida pela figura de Lula como ligação entre partido e sociedade. A guinada à esquerda sugerida no segundo turno de 2006 provou-se uma espécie de instrumento de luta eleitoral, forma eficaz de arregimentar indecisos e setores de esquerda desiludidos, mas temerosos do retorno do eixo PSDB-PFL ao poder. O primeiro semestre de 2007 evidenciou a continuidade de andamento, com o governo espremido entre a difícil montagem da coalizão, o atendimento dos diversos interesses que coabitam o círculo aliado e a definição de uma estratégia para 2010. A agenda, errática, ora acena para o que se pretende ser um certo keynesianismo redivivo (caso do PAC), ora para reformas liberais demandadas pelos setores com maior poder de vocalização política hoje (grande mídia, empresariado, mercado financeiro), como é o

caso do Projeto de Lei¹² que altera a dimensão público-estatal de hospitais e outros órgãos públicos, criando a figura da fundação estatal de direito privado.

Em análise recente, Werneck Vianna (2007) classificou essa configuração híbrida como uma espécie de condomínio de poder, que contempla interesses múltiplos e contraditórios. Nesse sentido, o governo Lula estaria reproduzindo um certo *modus operandi* característico da tradição política nacional, que combina centralização administrativa, pluriclassismo e a predominância de mudanças lentas e negociadas. Sem discordar dessa análise, acrescentaria que esse reencontro com a tradição se dá com mais ênfase nos *meios* do que nos *fins*. Afinal, a coalizão entre PT e PMDB produz um novo *aggiornamento* ao centro — traço marcante de nossa cultura política —, mas o norte ideológico do governo não parece incorporar uma agenda de centro-esquerda classicamente reformista. Assim, o novo Centrão que parece emergir nesse segundo mandato orienta-se mais pelo taticismo eleitoral do que por alguma significativa mudança de rumos na condução programática — em especial na economia.

Embora muitos dos movimentos atuais do PT tivessem sido desenhados em congressos e resoluções partidárias (caso das políticas de alianças), é fato que a rapidez da guinada e a própria radicalidade de algumas rupturas sugerem que a atual coalizão é antes o resultado de uma manobra tática de sobrevivência, do que o ponto de chegada de um longo processo de revisão interna, pactuado entre militantes e seções partidárias. O descolamento produzido pela armadilha da moralização representou o preço pago por essa entrada “empirista” na grande política. Acordos políticos, formação de maiorias e captação ilegal de recursos pareciam ser parte de um mesmo universo, alvejado e desqualificado já na origem do partido.

Estamos longe, portanto, da acusação comum de que o PT teria traído seus compromissos originais, ou de que a raiz da crise estaria na política de alianças (como se o problema fossem as “más companhias”, frase, aliás, que é sintomática da esquizofrenia que desenhei acima). Afinal, o ardil produzido pela “moralização da política” encontra-se na formação do partido, e não na adoção posterior de um realismo eleitoral. O problema, no caso, parece ter sido a rapidez com que o partido fez seu aprendizado republicano, e o taticismo que orientou esse processo. A *realpolitik* ocupou o enorme espaço existente entre o exclusivismo ético e a visão negativa da grande política. Ao fim, não se produziu um novo partido, mas sim uma máquina eleitoral poderosa, que não encontrava lastro numa nova concepção da política que tivesse sustentação na militância. Isso fez com que seus principais operadores se lançassem à conquista do poder de forma nebulosa, pagando todos os tributos possíveis ao tradicional patrimonialismo brasileiro.

O quadro atual é razoavelmente positivo para o governo, dada a popularidade do presidente, mas não exatamente favorável para o conjunto da esquerda brasileira. A perda de capital político e simbólico do PT respinga em todo o campo dito progressista, já que

os atores da vida civil que apostaram boa parte de suas fichas nos destinos das coalizões animadas pelo partido (CUT, UNE e MST) sofrem sistemática campanha de descrédito, assim como os intelectuais tradicionalmente identificados com o PT. A despeito de ocuparem espaços na máquina federal, esses movimentos e entidades sofrem com a perda de representatividade e com a competição de alternativas oriundas de setores até então aliados¹³. A própria legitimidade da postura de esquerda vem sendo questionada, abrindo espaço para a formação de uma opinião à direita assumida¹⁴. Nesse cenário, o enfraquecimento do partido ameaça golpear o próprio processo de dinamização da vida social nacional alimentado por ele, resultado que, a despeito do tom crítico que norteia este texto, não parece desejável nem positivo.

A formação de uma alternativa dentro da esquerda que supere o PT e suas matrizes intelectuais parece distante, embora não deixe de ser desejável. Afinal, a concentração da disputa federal em torno de dois partidos paulistas — PT e PSDB — gera constante insatisfação entre os demais atores políticos e em parte do eleitorado. A cristalização de um conjunto de práticas e discursos não muito distintos, ancorado na combinação entre políticas compensatórias e gestão financeira ortodoxa, cerceou o debate econômico, e fez o país patinar num momento em que demais potências “periféricas” se lançam de forma impetuosa no cenário internacional, escoradas em altas taxas de crescimento. No Brasil, esse mal-estar não encontrou ainda expressão partidária, vide a constante indefinição do PMDB diante desse quadro, e a falta de força de outras legendas da esquerda. O PSOL, pela sua tentativa de reavivar o velho PT, não parece preparado para largos movimentos políticos, além de concentrar sua atuação congressual na discussão ética — velho dilema do petismo. Já o chamado Bloco de Esquerda, formado por PCdoB, PDT e PSB, pode até alcançar razoáveis resultados eleitorais, mas se ressentido do lastro na vida social que foi característico do PT. Tudo indica que o Partido dos Trabalhadores ainda permanecerá como ator relevante, embora não necessariamente de forma hegemônica.

Resta saber, portanto, como o partido se reorganizará. Atualmente, assiste-se a uma grande luta interna no PT, opondo, principalmente, os setores “duros” do Campo Majoritário original, e um bloco formado pela aliança entre facções da esquerda petista e grupos que já fizeram parte da antiga maioria — caso de Tarso Genro. A opção por uma discussão em torno do republicanismo e de sua convergência com um projeto de matriz socialista — traduzida em alguns documentos — pode indicar o início de um saudável ajuste de contas com a cultura petista original, orientada pelo exclusivismo classista e pelo particularismo ético que tantos problemas causaram. Um eventual insucesso completo do partido significaria a perda de uma significativa força política na cena brasileira, dotada de energia e viço, e uma fragmentação do campo de esquerda que pode transformar o poder numa miragem. E, como se sabe, diante de miragens, as mais loucas fantasias podem ser alimentadas.

Notas

¹ O escândalo envolveu originalmente a acusação — feita pela revista *Veja* — de que o presidente do Senado Renan Calheiros teria pago pensão a Mônica Veloso (com quem teve um caso breve) por meio do lobista Cláudio Gontijo, da Construtora Mendes Júnior, utilizando dinheiro em espécie. Diante da necessidade de comprovar que tinha renda para fazer os vultuosos pagamentos, o senador utilizou notas e recibos referentes à venda de gado. Reportagens na imprensa questionaram a veracidade dessas informações, o que envolveu Renan numa interminável luta política. No momento, o senador se defende no Conselho de Ética do Senado. Para uma cronologia do caso até então, cf. *ogloboonline* de 7/8/2007.

³ Como se percebe ao longo deste texto, a expressão “mensalão” não implica concordância com o vaticínio da grande mídia, que associa ao termo um esquema de compra de votos. Isso não foi comprovado, e o uso do apelido visa a facilitar a leitura do artigo, e não subscrever a explicação normalmente usada. Por isso as aspas. Para um resumo do escândalo político, que contempla cronologia, personagens e consequências jurídicas, cf. *O Globo*, 19/8/2007.

⁴ A entrevista foi feita em julho de 2005, quando o presidente visitava a França, e foi veiculada pelo *Jornal Nacional*. Para uma síntese, cf. *folhaonline* do dia 7/11/2005.

⁵ No dia 16 de setembro de 2006, a Polícia Federal prendeu Gedimar Passos e Valdebran Padilha com R\$ 1,168 milhões e US\$ 248,8 mil, respectivamente. O dinheiro seria usado para comprar um suposto dossiê contra Geraldo Alckmin e José Serra, então candidatos à presidência e ao governo de São Paulo. Para uma breve cronologia, cf. *Folha de S. Paulo* do dia 22/10/2006. Para informações recentes sobre o andamento jurídico do caso (que envolveu acusações que atingiram o senador Aloísio Mercadante (PT-SP) e o próprio presidente Lula, cf. *Folha de S. Paulo* do dia 25/4/2007.

⁶ Refiro-me ao fato de que os canais por onde essa movimentação fluiu antecederem a chegada do PT, como ficou evidente na associação entre o empresário Marcos Valério e o PSDB-MG. Ademais, o método de financiamento ilegal de campanhas eleitorais é fato regular na política nacional, como todos os parlamentares reconhecem. A própria compra de votos já foi alvo de denúncia durante o primeiro governo FHC, quando da aprovação da emenda da reeleição.

⁷ Não se está aqui discutindo quem “sabia” ou quem “não sabia”, tema que interessa ao mundo jurídico, mas, sim, desvendar um quadro político específico, concernente a trajetória e consolidação de uma organização partidária.

⁸ Não cabe, aqui, retomar todo o caminho percorrido pelo conceito de populismo no Brasil, mas sua conexão com a cultura política de certos grupos da esquerda brasileira. Para essa história, ver Ferreira (2001) e Maia (2001).

⁹ A expressão é atribuída a Darcy Ribeiro.

¹⁰ A Carta aos Brasileiros foi assinada pelo então candidato Luiz Inácio Lula da Silva, em junho de 2002, e buscava garantir formalmente o compromisso de Lula com a manutenção de contratos nacionais e internacionais e com princípios de “responsabilidade fiscal”.

¹¹ Em fevereiro de 2005, o deputado paulista Luiz Eduardo Greenhalg perdeu, em segundo turno, a eleição para presidente da Câmara para o deputado “independente” Severino Cavalcanti (PP-PE). O resultado foi tido como uma das maiores derrotas políticas do governo Lula. Para maiores detalhes, cf. *Folhaonline* de 15/2/2005.

¹² O PL proposto pelo ministro da Saúde José Gomes Temporão busca criar uma nova personalidade jurídico-administrativa para a administração dos hospitais públicos, a fundação estatal de direito

privado. Isso implicaria maior autonomia de gestão, possibilidade de diferentes planos de carreira e contratações que fogem aos princípios do RJU. Para maiores detalhes, cf. Fundação Estatal, site do Ministério do Planejamento.

¹³ A CONLUTAS (Coordenação Nacional de Lutas) surgiu em 2004 com grande participação de setores ligados ao PSOL e ao PSTU, e busca se posicionar de forma crítica à CUT, embora ainda se ressinta da fraca conexão com setores populares e informais da classe trabalhadora. Recentemente, o PCdoB — tradicional aliado petista — anunciou sua saída da CUT, que ameaça se transformar num órgão sindical quase que exclusivo do PT. A CONLUTE, organizada em 2004 por militantes estudantis, tem perfil político semelhante a CONLUTAS, e busca ocupar espaço oposicionista à esquerda, deixado vago pelo acoplamento da UNE ao governo Lula.

¹⁴ Como se sabe, a discussão sobre a existência ou não de uma “direita assumida” é tema recorrente nos debates sobre a natureza da política brasileira contemporânea. Decerto que não pretendo responder a essa questão neste espaço. Registro apenas, portanto, o recrudescimento de uma posição que parecia vicejar de forma difusa na opinião nacional, em especial nos debates virtuais.

Referências bibliográficas

- FERREIRA, Jorge (org). *O Populismo e sua história*. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001.
- MAIA, João Marcelo Ehlert. *A História de um Conceito: O Populismo no Brasil*. Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro — IUPERJ, Rio de Janeiro, 2001.
- MOISÉS, J. Álvaro. *Greve de Massa e Crise Política (estudo da greve dos 300 mil 1953-54)*. São Paulo: Ed. Polis, 1978.
- MOISÉS, J. Álvaro. “A Estratégia do Novo Sindicalismo”. *Revista de Cultura e Política*, nº 1, 1981.
- MONTENEGRO, Darlan . *Classe e Partido*. O leninismo e o Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado em Ciência Política apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro — IUPERJ. Rio de Janeiro, 2002.
- PEIXOTO, Fernando Pires. *O Populismo Caipira: moral e política na esquerda brasileira*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciência Política do IUPERJ. Rio de Janeiro, 1987.
- SARTI, Ingrid Piera. *Representação e a questão democrática contemporânea: o mal-estar dos partidos socialistas*. Tese de Doutorado em Ciência Política apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro — IUPERJ, Rio de Janeiro, 1998.
- WEFFORT, Francisco. *Sindicatos e Política*. São Paulo, USP (Tese de livre-docência), 1972.
- WEFFORT, Francisco. “As Origens do Sindicalismo Populista no Brasil (A Conjuntura do Após-Guerra)”. *Estudos CEBRAP*, nº 4, 1973 .
- WEFFORT, Francisco. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra: 1978.
- WERNECK VIANNA, Luiz J. “Weber e a Interpretação do Brasil”. In J. Souza (org.), *O Malandro e o Protestante*. Brasília: Ed. UnB, 1999.
- WERNECK VIANNA, Luiz J. (2007). “O Estado Novo do PT”. Disponível em <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&cid=755> (Acessado em 12/07/2007)

Jornais: *O Globo*, 19/8/2007; *Folha de S. Paulo*, 22/10/2006 e 25/4/2007.

Fontes Eletrônicas:

Oglobo online

7/8/2007, disponível em <http://oglobo.globo.com/pais/mat/2007/08/07/297145022.asp>
(Acessado em 20/08/2007)

Folhaonline

7/11/2005, disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u73757.shtml>
(Acessado em 20/08/2007)

15/12/2005, disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u67210.shtml>
(Acessado em 20/08/2007)

Ministério do Planejamento

Projeto Fundação Estatal, disponível em http://www.planejamento.gov.br/gestao/conteudo/projeto_fundacao_estatal/index.tm